

VIVÊNCIAS E LUTAS COTIDIANAS DE QUEM PESQUISA E ESTUDA GÊNERO: APONTAMENTOS CRÍTICOS E REFLEXIVOS NO CAMPO DA PESQUISA E DAS CIÊNCIAS

LIVES AND DAILY STRUGGLES OF WHOM RESEARCH AND STUDY GENDER: CRITICAL AND REFLECTIVE POINTS IN THE FIELD OF RESEARCH AND SCIENCES

Marília Milhomem Moscoso Maia **1**

Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão. Professora concursada de Educação Básica, anos iniciais, no município de Paço do Lumiar, Maranhão. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8140333844728605>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6524-5063>.
E-mail: mariliamilhomem@gmail.com

Resumo: Este texto tem por objetivo refletir sobre as dificuldades e complexidades de se pesquisar e estudar a categoria gênero. Tendo por base as leituras de Butler (2016), Spivak (2010), Haraway (1995) e Scott (1997) intencionamos problematizar as seguintes questões: Por que a temática gênero ainda incomoda? Quais são os reais motivos de um silêncio e de uma invisibilidade acadêmica sobre pesquisas que envolvem gênero e sexualidade? Qualquer pessoa pode falar e pesquisar sobre a temática? As discussões levantadas neste trabalho são operacionalizadas por meio da desconstrução, empreendida por Derrida (2011), de modo a discutir com noções ou categorias não fechadas, como é a categoria gênero, não com a intencionalidade de destruir, mas com o propósito de abrir espaços textuais e desestabilizar percepções “naturalizadas” que comumente são reproduzidas na sociedade e no meio acadêmico.
Palavras-chave: Pesquisa. Relações de gênero. Estudos de gênero.

Abstract: This text aims to reflect on the difficulties and complexities of researching and studying the gender category. Based on the readings of Butler (2016), Spivak (2010), Haraway (1995) and Scott (1997) we intend to problematize the following questions: Why does gender theme still bother? What are the real reasons for a silence and academic invisibility about research involving gender and sexuality? Can anyone talk and research on the topic? The discussions raised in this work are operationalized through the deconstruction, undertaken by Derrida (2011), in order to discuss with notions or categories not closed, as is the gender category, not with the intention of destroying, but with the purpose of opening textual spaces and destabilizing “naturalized” perceptions that are commonly reproduced in society and academia.

Keywords: Search. Gender relations. Gender studies.

Introdução

Os estudos de gênero passaram por grandes transformações e mudanças de cunho teórico e metodológico. Gênero é uma categoria que apresenta uma história e está linguisticamente e politicamente inserida em lutas, movimentos sociais e conquistas. No entanto, para o engendramento e criação do conceito de gênero foi preciso que o movimento feminista além de se voltar para as problemáticas sociais e políticas se direcionasse também para a construção de teorias e estudos no interior do próprio movimento. É por meio do debate e da criação de círculos de discussões entre estudiosas e militantes que será engendrado e problematizado o conceito de gênero.

Neste contexto, teorias são construídas e pesquisas e obras são publicadas com o intuito de romper a “invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizam a esfera do privado, o mundo doméstico, como o ‘verdadeiro’ universo da mulher” (LOURO, 1997, p.17). Logo, os estudos iniciais apresentam uma perspectiva de descrição das condições de trabalho e de vida de mulheres oriundas das mais diversas instâncias, localidades e espaços. Posteriormente, surge a necessidade de avançar as análises e percepções. “Algumas mulheres vão fundar revistas, promover eventos, organizar-se em grupos ou núcleos de estudos” (LOURO, 1997, p. 17).

Segundo Louro (1997), as primeiras demandas era de que se construísse uma História, Literatura e até mesmo uma Psicologia da mulher. Por outro lado, também foram realizadas construções estatísticas, levantamento de informações e o desenvolvimento de temáticas que anteriormente não habitavam o espaço acadêmico. Estes estudos e pesquisas proporcionaram com que os estudos feministas rompessem paradigmas, repensassem a centralidade masculina, o fazer acadêmico além de subverter e transgredir o que a cultura masculina impôs durante séculos a mulher.

Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança (LOURO, 1997, p.19).

No entanto, mesmo com o advento dos estudos feministas e do engendramento do conceito de gênero, nos dias atuais ainda é perceptível rastros de discursos ainda proferidos por pessoas dotadas de um conhecimento “especializado” e “superficial” de justificativa as desigualdades sociais entre homens e mulheres, remetendo-se, na maioria das vezes, ao discurso biológico e argumentos de que homens e mulheres são distintos biologicamente. Além disso, no âmbito da produção de conhecimento e de “fazer ciência” vigora uma noção do “eles” e do “nós”, o que é exemplificado na citação abaixo de Donna Haraway (1995):

O “eles” imaginado constitui uma espécie de conspiração invisível de cientistas e filósofos masculinistas, dotados de bolsa de pesquisas e de laboratórios; o “nós” imaginado são os outros corporificados, a quem não se permite não ter um corpo, um ponto de vista finito e, portanto, um viés desqualificador e poluidor em qualquer discussão relevante. [...] Nós, as feministas nos debates sobre ciência e tecnologia, somos os grupos de interesse especial da era Reagan no âmbito rarefeito da epistemologia, no qual o que tradicionalmente tem vigência como saber é policiado por filósofos que codificam as canônicas do conhecimento (HARAWAY, 1995, p. 8).

O descaso de fechar os olhos para questões que dialogam constantemente e diretamente com os estudos de gênero e a invisibilidade desses estudos nas Ciências e na academia só comprovam que avançamos muito pouco nos lugares destinados a produção e o fazer científico. Portanto, este texto tem por objetivo problematizar questões como: Por que a temática gênero ainda incomoda? Quais são os reais motivos de um silêncio e de uma invisibilidade acadêmica sobre pesquisas que envolvem gênero e sexualidade? Qualquer pessoa pode falar e pesquisar sobre gênero?

Para tanto, o texto está organizado em duas partes. A primeira irá abordar a questão da emergência da categoria gênero e seus reflexos tanto no movimento feminista quanto na comunidade acadêmica. A segunda parte do trabalho irá abordar sobre o processo de agenciamento dos sujeitos discutido por Spivak (2010) sustentado por aquilo que a teórica discorre sobre a possibilidade dos subalternos falarem. Neste sentido, as contribuições da estudiosa nos ajudaram a falar de uma compreensão acadêmica de que os estudos de gênero e feministas são vistos como “inferiores”, de pouca profundidade e de insignificante contribuição para as Ciências de modo geral.

As contribuições de Joan Scott (1997) serão essenciais para a compreensão da emergência da categoria gênero e para perceber o quanto é desigual historicamente as relações entre homens e mulheres, não só no âmbito social e das relações sociais, mas também na construção do conhecimento, da produção de pesquisas e da própria história das mulheres. Já os estudos de Judith Butler (2015) irão nos ajudar a entender gênero como algo performativo, ou seja, ele não é, mas se faz e refaz constantemente em um processo infundável. Donna Haraway (1995) será importante no que concerne a desestabilizar a produção de conhecimento e de “fazer ciência” vigorada em uma noção do “eles” e do “nós”.

E assim se fez a categoria gênero: uso e (des)uso no campo da pesquisa e das Ciências

Segundo Scott (1997), em seu texto, *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, as pesquisadoras feministas já assinalavam que o estudo das mulheres¹ acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existentes. Mas, para que isso de fato acontecesse dependeria de como gênero iria ser desenvolvido como uma categoria de análise. Nesse sentido, as pesquisadoras de estudos sobre a mulher usavam recorrentemente as categorias de classe, de raça e de gênero para escrever uma nova história, que incluía a fala dos/das oprimidos/oprimidas e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão, levando em consideração cientificamente o fato de que as desigualdades de poder estão organizadas nos eixos classe, raça e gênero.

Scott (1997) já apontava as problemáticas de estudos que levavam em consideração uma paridade entre as categorias de classe, de raça e de gênero. A categoria classe, para ela, estava baseada na teoria de Marx da determinação econômica e da mudança histórica, as de raça e de gênero não veiculavam tais associações. Segundo a teórica, não havia um consenso entre os/as que utilizavam os conceitos de classe (alguns utilizam a noção de Weber e outros utilizam uma fórmula heurística temporária). Também não existia uma clareza ou coerência para a categoria de raça e de gênero. Por outro lado, historiadoras feministas buscavam formulações utilizáveis com a intenção de explicar

as continuidades e discontinuidades das desigualdades persistentes [...] e a defasagem entre alta qualidade dos trabalhos recentes da história das mulheres e seu estatuto que permanecia marginal em relação ao conjunto de disciplinas (que pode ser medida pelos manuais, programas universitários e monografias), mostram que os limites das abordagens descritivas que não questionam os conceitos dominantes no

¹ Antes da categoria gênero ou da existência propriamente daquilo que posteriormente veio a se consolidar como estudos de gênero houveram várias nomeações como história das mulheres, estudo das mulheres e estudos sobre a mulher.

seio da disciplina ou pelos menos não questionam de forma a abalar o seu poder e talvez transformá-lo (SCOTT, 1997, p. 5).

Para Joan Scott (1997) esses trabalhos não foram suficientes, pois não provaram que as mulheres tiveram uma história ou que as mulheres participaram das mudanças políticas da civilização ocidental. Houve um reconhecimento dessa história para posteriormente ela ser descartada ou utilizada em separado, como a história das mulheres e a história dos homens. Assim, a história das mulheres deveria ser feita pelas feministas e ser separada da história geral, política e econômica. Outro fator se refere ao fato de que os/as historiadores/historiadoras ao teorizar sobre gênero

utilizavam formulações antigas [...] com explicações causais e universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado porque elas tendem a incluir generalizações redutoras ou simples demais (SCOTT, 1997, p. 6).

Sendo assim, os/as historiadores/historiadoras ao teorizarem sobre o gênero, nessa perspectiva, se dividiam em duas categorias. Uma essencialmente descritiva, que se referiam aos fenômenos ou realidades sem interpretá-los, explicá-los ou analisá-los e a segunda de ordem causal, buscando elaborar “teorias sobre a natureza dos fenômenos entendendo como e porque tomam a forma que eles têm” (SCOTT, 1997, p. 6).

Historicamente, gênero, em certo momento, foi concebido como sinônimo de mulheres. Segundo Scott (1997),

livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de “mulheres” pelo termo “gênero”. Em alguns casos, este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece se integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) do feminismo (SCOTT, 1997, p. 6).

Portanto, a categoria gênero surge em meio a uma “procura por legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos de 1980” (SCOTT, 1997, p. 6). Sendo assim, as pesquisas e produções científicas produzidas por mulheres tinha por objetivo ampliar as discussões teóricas e os espaços de atuação feminina com o “intuito de romper com a invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos [masculinos] que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o ‘verdadeiro’ universo da mulher (LOURO, 1997, p.17).

Segundo Maia et al (2017), estes estudos e pesquisas proporcionaram com que os estudos feministas rompessem paradigmas e repensassem a centralidade masculina como legítima do saber e do fazer acadêmico, além de subverterem e transgredirem o que a cultura masculina impôs durante séculos ao sujeito feminino.

Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam em primeira pessoa. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória específica que

construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança (LOURO, 1997, p. 36).

A própria emergência do conceito de gênero, da categoria e a compreensão de sua constituição em imbricadas relações de poder, bem como a sua intersecção com outras categorias proporcionou um avanço significativo nas discussões e produções científicas. Multiplicaram-se as pesquisas, com a criação de núcleos de pesquisa e de grupos de estudos, a realização de eventos científicos, mesas de debates e publicações que contemplavam a temática gênero.

Uma curiosidade crescente sobre o tema impulsionou a produção científica, favorecendo a consolidação e a expansão das publicações: livros, artigos, revistas passaram a ser encontrados nas livrarias brasileiras numa escala nunca antes vista. Um significativo contingente de mulheres passou a ter acesso a uma série de informações e a multiplicar instâncias de deliberação coletiva, ampliando espaços, reconstruindo identidades, ajustando contas com o passado e apostando nas potencialidades do presente para estabelecer as flexíveis coordenadas de um futuro ainda incerto em vários aspectos, mas, de modo geral, instigante (COSTA et al, 2001, p. 349).

Por outro lado, houveram impasses metodológicos quanto ao uso da categoria, das abordagens e da produção de trabalhos. A variedade de métodos, olhares, experiências e lugares de fala não pareciam corresponder e nem responder as demandas do movimento e das feministas. Nesse sentido, as vertentes dos trabalhos continuavam em uma perspectiva descritiva e reiterativa da situação das mulheres. Foi a “*desconstrução*” de Jacques Derrida que “inspirou o processo analítico da “*desconstrução de gênero*” desenvolvida pelas feministas no mundo anglo-saxão” (MACHADO, 1998, p. 1) que substituíram estes empasses metodológicos.

Assim, gênero como categoria analítica nos estudos feministas, tem a função de visibilizar as diferentes posições ocupadas por homens e mulheres nos diversos espaços e relações sociais, dando ênfase ao modo como as diferenças são construídas socialmente e como estas se refletem na distribuição do poder e como se constroem nas relações de subordinação. Para Silvana Aparecida Mariano (2008),

gênero é uma categoria de análise que representa para parte do feminismo algo equivalente ao que classe social representa para o marxismo. Dessa perspectiva, representa uma ferramenta conceitual que possibilita compreender o modo como as relações de exploração são produzidas e reproduzidas. Alimentados por essas preocupações, os estudos feministas, em suas diferentes abordagens, produziram teorias que lançam alguns desafios e contribuições (p. 5).

Em 1980, crescem questionamentos e problemáticas no interior das produções feministas, principalmente sobre as características universalizantes e normativas. “Feministas negras, feministas pobres e feministas lésbicas apontaram os limites das análises feministas que reproduzem o padrão dos pares binários, dessa vez em termos de sexo/gênero” (MARIANO, 2008, p. 5). Estes estudos anunciava as dificuldades de os feminismos articularem as questões raciais e de classe às questões de gênero.

No Brasil, a compreensão da categoria gênero e a tradução das obras de Joan Scott, Teresa de Lauretis e mais recentemente de Judith Butler foram importantes para a construção de

uma base teórica sólida. Foram essenciais também para a construção de discussões e estudos voltados para as questões sobre feminismo, gênero e a produção de um conhecimento e de uma Ciência fora de um sistema de dominação masculina. Estas obras e contribuições teóricas contribuíram para a renovação epistemológica das ciências humanas e sociais. Tanto Scott quanto Butler, influenciaram significativamente para a categoria gênero e a distinção sexo/gênero. Ambas promoveram para a constituição e consolidação dos estudos de gênero nas Ciências Humanas e Sociais e para o desenvolvimento dessa epistemologia.

Quem tem medo do lobo mau: por que a temática gênero ainda incomoda nas pesquisas científicas e nas Ciências?

A categoria gênero necessita ser *desconstruída*, pensada e analisada para posteriormente ser usada em sua potencialidade tanto na vivência cotidiana quanto nas pesquisas acadêmicas. Nem todo indivíduo está preparado/preparada para se envolver nos estudos de gênero, pois, em se tratando destes, na academia, há quem impulse estes estudos e há também quem tente invisibilizar ao conceber “ainda” estes como “estudos de mulher”, “estudos de feministas”, “estudos feitos por mulheres” entre outras terminologias com teor quase sempre pejorativo. Esta segregação social e política só comprova que “as mulheres foram historicamente conduzidas [...] a [uma] ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência” (LOURO, 1997, p. 17).

É importante, em se tratando de aprendizado e de pesquisa, ter consciência dos discursos e das condições que envolvem nossos objetos de pesquisa, pois se faz necessário uma desmontagem do olhar e desenvolver uma percepção de que constantemente iremos ter que lidar com questões políticas, éticas e retroceder pacificamente os posicionamentos em busca de parcerias, financiamentos, orientações, produções científicas, visibilidade, etc. Levando-se em conta que estes discursos, condições, instituições e práticas sociais fazem parte da categoria e da própria constituição do gênero. Quem estuda e pesquisa gênero sempre está em um processo constante de “negociação” com o outro, pois

estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelo gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 1997, p. 25).

Desde o surgimento da categoria e dos estudos de gênero, problematiza-se os modos de produção daquilo que é admitido como a verdadeira Ciência². Feministas e pós-estruturalistas criticam esta visão e sistemas explicativos universais e genéricos, questionando os limites e as crenças no papel da verdade e do seu valor estável, abrindo possibilidades para as reavaliações, mudanças e transformações. No entanto, isto é algo problemático de se *desconstruir*, pois ainda fazemos parte de uma academia que nos impõe regras muito rígidas quanto ao fazer científico e a produção de conhecimento.

Isto não é facilmente assimilável por aqueles/aquelas que buscam lidar com paradigmas permanentes e estáveis ligados a uma concepção tradicional e de uma verdadeira Ciência. Teresa de Lauretis (1986) é enfática ao dizer que

[...] um quadro de referência feminista que sirva para tudo não existe. Ele tampouco deveria, jamais, ser um pacote pronto para usar. Nós precisamos continuar construindo esse quadro, um quadro absolutamente flexível e reajustável, a partir da

² Verdadeira Ciência é aquela encarada exclusivamente pelo viés positivista proveniente dos estudos de Auguste Comte, que sugere a existência de leis imutáveis universais e que propõe o conhecimento científico como único conhecimento verdadeiro.

própria experiência das mulheres com relação à diferença, a partir de nossa diferença em relação à mulher e das diferenças entre as mulheres; diferenças [...] que são percebidas como tendo a ver tanto (ou mais) com a raça, a classe ou a etnia quanto com o gênero ou a sexualidade *per se* (LAURETIS, 1986, p.14).

Lauretis (1986) já tinha uma percepção de um conhecimento produzido de modo parcial e desestabilizador de categorias e de certezas. De que não existe um quadro geral explicativo que sirva para tudo à nível de produção de trabalhos científicos, de conhecimento, e, principalmente no que se refere aos estudos feministas e a categoria gênero. E, é aqui que se resgata a leitura e as contribuições do pós-estruturalismo.

A análise pós-estruturalista começa, portanto, com as práticas discursivas e regulatórias nos textos de ciência, literatura, filosofia e da vida cotidiana. Ela questiona as grandes narrativas mediante as quais se converte o indivíduo humanista/modernista na sua origem heroica e criativa, e mostra, pelo contrário, como os indivíduos e seus mundos sociais e geográficos se tornam possíveis uns em relação a outros. A teorização pós-estruturalista feminista aborda em especial os processos concretos que transformam as pessoas em sujeitos pautados pelo gênero (DAVIES & GANNON, 2015, p. 396).

As contribuições pós-estruturalistas para os estudos de gênero e também para os estudos feministas propagaram a ideia “de que perguntas e respostas precisas e certas não são tão importantes e, muitas vezes, elas nos impossibilitam de entender a realidade na qual estamos inseridos/inseridas” (MAIA, 2017, p. 18). Logo,

o pós-estruturalismo rastreia os efeitos de um limite definido como diferença. Aqui “diferença” não é entendida no sentido estruturalista de diferença entre coisas identificáveis, mas no sentido de variações abertas (são chamadas, às vezes de processo de diferenciação, e, muitas vezes diferenças puras). Esses efeitos são as transformações, mudanças e reavaliações (WILLIAMS, 2013, p. 13).

Neste processo de desestabilização das certezas e de uma verdade universal, a *desconstrução* de Jacques Derrida veio contestar “o modo metafísico de pensar” (MACLURE & BURMAN, 2015, p. 365). Portanto, “não existe uma perspectiva externa ao texto ou discurso que nos dê acesso imediato à verdade, à ética, ao ser, etc.” (MACLURE & BURMAN, 2015, p. 365). No entanto, uma definição sobre a *desconstrução* se mostra ser problemática, porque definições trabalham com uma ligação inevitável entre palavras e significados.

A desconstrução entrelaça e se entrelaça com pares como palavra/significado. Ela faz uma interrogação filosófica sustentada desta e de outras oposições binárias que tem alicerçado o pensamento ocidental – verdade/erro, realidade/representação, causa/efeito, pensamento/linguagem, essência/aparência, homem/mulher, presença/ausência, natureza/cultura, mente/corpo, razão/emoção, universal/

particular, palavra/texto, original/cópia e assim por diante. Há sempre uma hierarquia nessas oposições. Um dos termos representa sempre algum princípio, ideal ou presença superior, ao passo que o outro é sempre como um complemento, algo inferior e subordinado (MACLURE & BURMAN, 2015, p. 365-366).

A *desconstrução* será/é importante nos estudos de gênero e feministas justamente porque irá questionar aquilo que é dado por certo, não com o intuito de destruir e muito menos com a finalidade de que irá revelar uma verdade universal, mas funcionando com o propósito de abrir espaços fechados, experiências e histórias invisíveis.

Nem todo mundo está preparado/preparada para produzir, conduzir e orientar trabalhos nos estudos de gênero e feministas contemplado uma perspectiva pós-estruturalista e da desconstrução porque ainda vivemos sob a égide de uma Ciência de caráter androcêntrico e porque às vezes projetamos e naturalizamos os padrões existentes de uma dominação masculina – e é muito difícil buscar formas de combater essa visão e acabamos cometendo pequenos “deslizes” tanto na escrita quanto no discurso, reproduzindo e reiterando oposições binárias e universalizantes. Logo, “as contribuições das teorias feministas e dos estudos de gênero não são absorvidas com facilidade pela Sociologia e demais áreas do conhecimento” (MARIANO, 2008, p. 4).

Diante de tais aspectos foi/é necessária uma mudança epistemológica. Nesse sentido,

a problematização do cotidiano, do espaço da experiência, como meio de compreender as razões dos diversos modos de opressão, dando visibilidade a fenômenos que não são, obviamente, transparentes, foi a ponta de lança dos estudos feministas. A penetração do androcentrismo no âmbito da ciência permitia uma relação entre conhecimento e sujeito masculino que não colocava – e muitas das vezes ainda não coloca – em questão a posição de gênero e demais posicionamentos sociais desse sujeito. Nisso repousava a ideia da objetividade científica e da neutralidade do sujeito do conhecimento. [...] Os estudos feministas instituem, portanto, críticas às noções de objetividade, neutralidade e à relação sujeito/objeto (MARIANO, 2008, p. 5).

Os estudos de gênero e feministas romperam/rompem com o mito da investigação imparcial, neutra e objetiva. A objetividade e neutralidade é substituída pela subjetividade e por trabalhos baseados no cotidiano e na experiência. Assim,

a neutralidade, se entendida com o conhecimento produzido por um sujeito desinteressado, passaria a ser questionada em seus pressupostos. E o conhecimento, nesses parâmetros pressupostos, passaria a ser produzido numa relação sujeito/sujeito, na medida em que o sujeito que investiga também lança mão de sua experiência e o sujeito que participa da investigação também integra da produção do conhecimento (MARIANO, 2008, p. 5).

O sujeito nos estudos de gênero e feministas passa a ser situado social e historicamente. Estes estudos irão construir uma crítica à ciência binária, objetiva, neutra e positivista. É justamente nesses pontos que estes estudos e pesquisas incomodam tanto e provam que nem todo

mundo está preparado/preparada para trabalhar, orientar e produzir trabalhos e pesquisas contemplando a categoria gênero porque corre-se o risco de se reproduzir ou naturalizar a investigação como imparcial. Aspecto este que historicamente se mostrou ser classista, racista, masculinista e heterossexista na Ciência.

Silenciamentos, invisibilidade e bloqueio dos estudos de gênero: tempos sombrios no Brasil

Discutiu-se anteriormente que os estudos de gênero e feministas analisaram/analisa as transformações culturais e os problemas de uma Ciência universal, genérica e androcêntrica. Estes estudos, transformaram consideravelmente as formas de se produzir conhecimento e Ciência ao perceber que “não existe nada mais que seja simplesmente ‘puro’ em qualquer dos lados da linha de ‘divisão’: a ciência, a tecnologia, a natureza pura; o puramente social, o puramente político, o puramente cultural” (SILVA, 2009, p. 11). Tudo isso tornou-se questionável nos estudos de gênero e feministas no sentido de pensar a produção de conhecimento, o fazer científico e o próprio sujeito em um contexto de fluxos e intensidades, pois “o mundo não seria [é] constituído, então, de unidades (“sujeitos”), de onde partiriam as ações sobre outras unidades, mas, inversamente, de correntes e circuitos” (SILVA, 2009, p. 14).

Para *Donna Haraway* (2009), a verdade está no fato de que estamos construindo a nós próprios da mesma forma que construímos circuitos integrados ou sistemas políticos. Diante “de qualquer um dos conhecidos argumentos que se centram nas distinções entre bom e mau, natureza e cultura, certo e errado, biologia e sociedade [...] ela [Haraway] nos lembra que o mundo é mais confuso do que essas distinções nos fazem supor” (p.24). No entanto, no campo de construção das Ciências, por gerações foi construído e dito às mulheres que

elas são “naturalmente” fracas, submissas, extremamente emocionais e incapazes de pensamento abstratos. Que estava “em sua natureza” serem mães em vez de executivas, que elas preferiam entreter visitas em casa a estudar Física das Partículas. Se todas essas coisas são naturais significa que elas não podem ser mudadas (HARAWAY in KUNZRU, 2009, p.25).

Mulheres e homens não são naturais mais construídos. Ser dona de casa, professor/professora, pesquisador/pesquisadora e/ou cientista se trata de uma escolha e de como você lida e/ou convive com questões políticas, subjetivas, sociais e culturais. Para *Donna Haraway* “estamos dentro daquilo que fazemos e aquilo que fazemos está dentro de nós. Vivemos em um mundo de conexões – e é importante saber quem é feito e desfeito” (2009, p. 32) e o que está em jogo nas Ciências e no fazer científico.

No que se refere aos silenciamentos e a invisibilidade dos estudos de gênero é necessário discorrer sobre dois aspectos: o lugar de fala e o lugar de escuta. Tanto o lugar de fala quanto o lugar de escuta impactam na produção e na divulgação de trabalhos envolvendo gênero, além de estarem vinculados aos jogos de poder existentes no meio acadêmico que privilegia alguns estudos em detrimento de outros. O lugar de fala diz respeito ao lugar democrático e a construção de diálogo. É uma forma de contraponto aos espaços de silenciamento da voz das minorias por grupos privilegiados em espaços de debate sendo utilizado por grupos que historicamente tem menos espaço e oportunidade para falar. Este conceito nos ajuda a compreender que o que falamos e como falamos apresenta marcas das relações de poder e que reproduzimos discursos, mesmo que sem intencionalidade, machistas, homofóbicos e racistas.

O lugar de fala se conecta ao lugar de escuta. “O lugar de escuta é um elemento prático no processo político que precisa ser experimentado com urgência, sobretudo pelos sujeitos que detêm o privilégio de fala” (TIBURI, 2018, p.56). O lugar de fala e o lugar de escuta nos leva a supor que existem limites em ambos, na medida, em que eu não posso falar pelo outro a partir apenas de minhas vivências, experiências e opressões. Isto acaba por reproduzir um

discurso hegemônico e de uma crença de que existe um sujeito universal, que servirá de base e de modelo para os outros. Os conceitos de lugar de fala e de lugar de escuta dialogam com o que Spivak (2010) denomina de reprodução das estruturas de poder que é a opressão que mantém o subalterno silenciado sem que este/esta tenha uma posição ou um espaço onde possa falar e possa ser ouvido.

Os estudos de gênero e feministas construíram/constroem espaços e formas para que este sujeito subalterno possa falar e possa ser ouvido, no sentido de que “não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar ‘contra’ a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido” (SPIVAK, 2010, p. 14). Assim, é importante dar voz e escuta a sujeitos e corpos que historicamente foram silenciados e interditados também nas produções científicas e nas Ciências.

Atualmente, especialmente, no Brasil pesquisadores/pesquisadoras dos estudos de gênero e feministas sentem o peso de seus pensamentos e trabalhos serem barrados, bloqueados e questionados. Passa-se a duvidar sobre a qualidade e a credibilidade dessas produções científicas, questionando-se se essas produções podem ser concebidas e/ou percebidas como Ciência.

Vive-se, neste momento, sob a égide de uma “nova direita” brasileira que anuncia o massacre dos direitos sociais e humanos, o sucateamento das instituições públicas, dentre elas, a escola e as universidades públicas, os cortes de verbas para as políticas sociais a partir de um discurso de ódio, anacrônico, xenofóbico e reacionário. A partir dos

atos organizados pela direita, em março de 2015, o cenário político sofre mudanças drásticas, afetando diretamente a correlação de forças com o movimento das ruas. O modelo petista de governar naufraga nos limites impostos do capitalismo periférico sulamericano, que teve êxito dez anos, e pela própria corrupção intrapartidária do PT. A disputa pelo bolo do fundo público é o que tece esta opereta entre a pseudo-esquerda petista e a declaradamente direita profacista brasileira. Com o andar da carruagem, as coisas vão tomando um tom cada vez mais crítico: a direita se sente representada nas ruas pelos turistas vitalícios de Miami ou ainda os não menos histriônicos que enaltecem o american way of life [...], e passam a se organizar por meio de redes sociais (SOARES, 2017, p. 273).

Portanto, o momento é de luta, de produção de discussões nos estudos de gênero, de sexualidade e feministas, de uma organização política e por aquilo que Judith Butler (2015) chama de política de coalizão³, como forma de manter os direitos sociais e garantir uma agenda política de proteção a educação, da produção de conhecimento e das Ciências.

Considerações finais

Em nome de uma “crise econômica” iniciou-se uma operacionalização de desmonte dos direitos sociais e a extinção de pastas ministeriais dedicadas as questões ambientais e sociais (Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, Desenvolvimento Humano e das Mulheres). Balançou-se os arranjos jurídicos e legais reconhecidos, jogando décadas de lutas populares, conquistas e avanços ladeira abaixo. Tal contexto atingiu a produção de trabalhos acadêmicos e científicos que contemplam as temáticas de gênero e sexualidade.

Vivenciamos um momento difícil e sem precedentes na história política do Brasil: cor-

³ Seria uma espécie de identificação (mesmo que provisória) na qual em determinado momento liga os sujeitos e em outro momento já não pode ligar mais.

tes financeiros para o desenvolvimento de pesquisas científicas, para a educação básica e da aprovação do retorno de um ensino médio dividido em ensino propedêutico e ensino técnico. A retirada das discussões de gênero e sexualidade das escolas evidencia o quanto a sociedade brasileira, de modo geral, ainda se exime de abordar estas questões quando o país ainda apresenta taxas alarmantes de feminicídio, de violência contra a mulher, de gravidez precoce entre meninas e adolescentes, prostituição infantil, pedofilia, etc.

Refletir sobre a construção da categoria gênero e como esta desvelou a produção de uma história e de uma Ciência androcêntrica ajuda a compreender como se deu o desenvolvimento de discursos que construíram sujeitos e corpos abjetos⁴. Os saberes produzidos e proporcionados pelas pesquisas de gênero e sexualidade tem refletido sobre as linhas e fronteiras existentes entre ciência e política, bem como as mais recentes relações entre Estado, fundamentalismos religiosos, direitos sexuais e reprodutivos e violência. O foco na moral religiosa e de uma agenda conservadora tem prejudicado expressivamente pautas educacionais, sociais, políticas e econômicas.

Respira-se, no Brasil, a era da incerteza e das ações e reações imprevisíveis. Precisamos de estratégias que levem o sujeito a pensar o imprevisto, pensar a incerteza e intervir no futuro a partir do presente. É imprescindível melhorar a nossa compreensão sobre o outro, o respeito pelas ideias do outro e os seus modos de vida. Faz-se necessário cada vez mais a produção de estudos e de pesquisas sobre racismo, xenofobia, dogmatismo, preconceito de gênero, sexual, etc. Ensinar e aprender sobre a verdadeira democracia, diversidade e antagonismos.

Referências

COSTA, Claudia de Lima; MINELLA, Luzinete Simões; GROSSI, Miriam Pillar. **Editorial**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n.2, 2001.

MACLURE, Maggie & BURMAN, Erica. **A desconstrução como método de pesquisa** in SOMEKH, Bridget (org) Teoria e métodos de Pesquisa Social. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart, Marcos Pereira feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

KUNZRU, Hari. **Você é um ciborgue: um encontro com Donna Haraway** in Tomaz Tadeu da Silva (org). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano, 2ed. Belo Horizonte: editora autêntica, 2009.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução Caio Liudvik. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso 22 agos. 2018.

SOARES, José Manoel Montanha da Silveira. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Revista em Pauta. Rio de Janeiro, n. 39, v.15, p. 271-275.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

⁴ Sujeito abjeto ou abjeção é o espaço da não-identidade. É apontar aquele/aquela corpo ou sujeito que foge da regra e do normativo. É o abjeto, o monstruoso, o erro, o inadequado, o/a defeituoso/defeituosa. São os/as excluídos/excluídas que não devem existir.

MACHADO, Lia Zanotta. **Gênero um povo paradigma?** Cadernos Pagu, nº 11, 1998.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum:** para todas, todes e todos. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

MAIA, Marília Milhomem Moscoso. **Gênero no contexto escolar da educação infantil:** produções institucionais (RCNEI e BNCC). Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MAIA, Marília Milhomem Moscoso Maia; LIMA, Rarielle Rodrigues; SOUSA, Sandra Maria Nascimento. **Gênero e educação infantil no Brasil: uma revisão sistemática das dissertações produzidas entre 2011 a 2017.** Revista Humanidades e Inovação, v. 4, n.6, 2017.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Modernidade e crítica da modernidade:** a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. Revista Cadernos Pagú, nº 30, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644858>> Acesso 18 jun 2018;

DAVIES, Bronwyn & GANNON, Susanne. **Feminismo/Pós-estruturalismo** in SOMEKH, Bridget (org) Teoria e métodos de Pesquisa Social. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

LAURETIS, T. **Feminist Studies/Critical Studies:** Issues terms, and contexts. In Lauretis, T. (ed.) Feminist Studies/Critical Studies. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1986 in LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Nós, ciborgues:** o corpo elétrico e a dissolução do humano in Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano, 2ed. Belo Horizonte: editora autêntica, 2009.

ALMEIDA, Ronaldo de. **A onda quebrada:** evangélicos e conservadorismo. Revista Cadernos Pagu, nº 50, 2017.

Recebido em 20 de julho de 2019.

Aceito em 20 de fevereiro de 2020.